

E agora?

Josaphat Marinho

Perturbado por uma propaganda artificiosa e falsa, o povo foi iludido no plebiscito. Decerto, nem todos os presidencialistas usaram imagem enganadora. O anúncio oficial, porém, fez crer que só o sistema presidencial assegurava eleições diretas, garantia o voto popular, resguardava a autonomia dos estados e municípios. Nele se incorporavam os direitos políticos do cidadão, apesar dos cem anos de erros manifestos. Assim venceu. Dir-se-á que a corrente parlamentarista não soube restaurar a verdade. É possível, ou exato. Houve muita desorientação e boa dose de personalismo, não obstante o esforço do senador José Richa.

Importante é que, na hora de vitória do presidencialismo, se verifica que o povo foi novamente enganado. Quem entra num mercado, numa loja, numa farmácia ou numa livraria, encontra os preços seguida e abusivamente elevados. Notícia recente informa que houve remédio de uso contínuo cujo preço variou em dez mil por cento em 12 meses. Não escapam ao excesso e à ganância sequer os livros escolares. O Governo critica, porém não contém as mensalidades escolares. O custo dos automóveis aumenta, repetidamente, como se não houvesse administração pública no País. A economia de mercado opera revestida da liberdade de exploração do povo. Nos armazéns do Governo deterioram-se produtos destinados à alimentação de parcelas carentes da população. Pelo prolongamento da crise, "jovens arquivam diplomas para vender roupas nas lojas do

Rio", conforme referido em jornal.

A par disso, é notório que se agravam as deficiências na distribuição da merenda escolar, embora seja alarmante o número de crianças em estado de miséria: cerca de sete milhões, por estatística do Unicef. Hospitais públicos federais, em diferentes pontos do País, experimentam séria crise, de médicos e leitos, exibindo o triste espetáculo de doentes amontoados em corredores e expostos ao chão. Ainda não foi dominada a epidemia de cólera, sendo que o Ministério da Saúde já registrou nove mil 144 casos, com 141 mortes. Faz pouco, o senador Lucídio Portella denunciou o risco de recrudescimento da dengue, a partir do Triângulo Mineiro, e de urbanização da febre amarela, sob a forma "silvestre". A tuberculose, que a imprevidência supôs erradicada, de novo ameaça, como tem advertido o professor baiano José Silveira. Em março último, o professor Clementino Fraga Filho, do Rio de Janeiro, em artigo na imprensa, sem isentar os médicos de culpa, atribui "a grande omissão" aos governos. E assinala que "é tradicional, no País, a falta de prioridade das áreas da saúde e da educação, quase sempre subordinadas a influências políticas nefastas".

Não é menos desolador o quadro no plano geral das medidas econômicas e financeiras. A inflação persistente sobe ao nível de 30 por cento, e a expectativa oficial é de que baixa a 17 por cento em dezembro, conforme previsão da ministra do Planejamento, segundo notícia a imprensa. Não se resolve a questão da dívida externa. A dívida social interna retrata-se no sofrimento co-

letivo. O processo de privatização das empresas estatais, sem planejamento seguro e sujeito a repetidas contestações, ameaça estender-se, inclusive para alcançar acelerada e injustamente, a Petrobrás. Depois de anunciar que não teria "plano", o Governo adota um "paliativo". E reiteradamente o ministro da Fazenda assevera que mudanças econômicas de maior amplitude dependem de reforma constitucional. Sabe-se, porém, que alterações constitucionais dificilmente produzem efeitos econômicos imediatos ou em prazo curto, até porque reclamam, quase sempre, leis especiais ou complementares. Enquanto isso, a produção agrícola, essencial ao alimento da população, não é problema prioritário do Governo. Mas a angústia do povo é inconciliável com soluções demoradas no que toca às necessidades alimentares, às de saúde e de educação.

Infelizmente, certo é que o eleito, conduzido pelo artifício, votou contra seu próprio e legítimo interesse. As reformas de que cogitam, agora, líderes presidencialistas, como a dos partidos, a da lei eleitoral, a de submeter a nomeação de ministros de Estado a aprovação do Senado, embora úteis, estão condicionadas a emendas constitucionais e não têm repercussão direta nem pronta no setor econômico. De mudanças profundas no domínio social, econômico e financeiro, não falam. De plano de governo, a longo prazo, abrangente da agricultura e da indústria, nem sinal. Mas o regime de poder pessoal foi mantido. E agora?

■ **Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia**